



*Tribunal Regional do Trabalho
da 19ª Região – Alagoas*

**PROCESSO SELETIVO PARA
ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE
DIREITO - 16/04/2016**

Nome do Candidato

Nº. Insc.

ATENÇÃO

01. Escreva o seu nome e nº. de inscrição no local indicado acima;
02. A prova terá duração de 3 (três) horas;
03. Os fiscais não prestarão informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação das provas;
04. No cartão de respostas, marque a opção desejada com caneta esferográfica azul ou preta;
05. Questões com mais de uma resposta ou rasuradas serão anuladas;
06. O caderno de prova poderá ficar em poder do candidato que se retirar após duas horas de prova;
07. O gabarito estará disponível no site www.trt19.jus.br no dia 18/04/2016. Não serão prestadas informações por telefone;
08. O candidato não poderá ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento de um fiscal, sob pena de ser eliminado do certame;
09. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de prova;
10. Não se comunique com seus colegas durante a prova. Não será permitido o uso de telefone celular, livros ou qualquer material digital ou de consulta. A infração destes itens implicará a desclassificação imediata do candidato;
11. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto após as suas assinaturas em Ata.

I - DIREITO DO TRABALHO

QUESTÃO 1

Da definição legal da figura do empregador e demais aspectos contidos no art. 2º da CLT, pode se extrair como **verdadeira** qual das assertivas abaixo:

- a) A expressão empresa individual ou coletiva denota a despersonalização do empregador, distinguindo a empresa da figura dos seus sócios até na hipótese de sociedade de fato ou irregular.
- b) Não é obrigatória a inclusão no pólo passivo de ação trabalhista das empresas componentes do grupo econômico, apesar da solidariedade entre estas e a empresa empregadora, salvo no que diz respeito à empresa controladora do grupo.
- c) Entidades sem finalidade econômica ou lucrativa podem ser alcançadas como integrante de grupo econômico em razão da equiparação estabelecida no parágrafo primeiro do art. 2º da CLT.
- d) Assunção do risco da atividade econômica, pelo empregador, traduz a característica da alteridade que possui o contrato de trabalho.

QUESTÃO 2

Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Para grande parte da doutrina trabalhista, o princípio da proteção é tido como princípio cardeal do direito do trabalho por influir em toda estrutura e características desse ramo jurídico, e assim ele se manifesta em três dimensões distintas: o princípio *in dubio pro operario*; o princípio da norma mais favorável e o princípio da condição mais benéfica.
- b) De acordo com a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, o ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviços e o despedimento, é do empregado, pois o princípio da continuidade da relação de emprego, constitui presunção favorável ao empregador.
- c) O princípio da primazia da realidade sobre a forma prevê que, numa relação de emprego, a realidade se sobrepõe às disposições contratuais escritas.
- d) A irredutibilidade do salário não é um princípio absoluto, pois é lícita a redução dos salários, desde que disposta em acordo ou convenção coletiva.

QUESTÃO 3

Em relação à exclusão do regime de horas extras, é **correto** afirmar que:

- a) Não se exclui do regime de horas extras o empregado que, apesar de trabalhar externamente, tinha a obrigação de retornar a empresa no fim do dia apenas para devolver instrumento de trabalho.
- b) A ausência de anotação na ctps do empregado de atividade externa sem controle de horário, apesar de confissão do empregado acerca dessa condição, afasta a aplicação do art. 62 da CLT e, conseqüentemente, do princípio da primazia da realidade.

- c) Aplica-se tal exclusão ao que exerce, a priori, cargo de gerente geral em agência bancária, desde que receba gratificação superior a 40% do seu salário efetivo.
- d) Motorista que faz entrega de mercadorias pelas ruas sempre se enquadra na hipótese do inciso I do art. 62, independentemente das condições em que exerça tal atividade.

QUESTÃO 4

O ordenamento jurídico prevê um sistema de proteção e garantias do salário. Considerando as regras e garantias do salário, previstas na Constituição Federal e Consolidação das Leis do Trabalho é **correto** afirmar que:

- a) O pagamento do salário após o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços não está sujeita à correção monetária.
- b) A regra da irredutibilidade salarial prevista na Constituição Federal de 1988 comporta exceção.
- c) A parcela do salário paga em espécie deve ser em moeda corrente no país e no percentual mínimo de 50%.
- d) Não há vedação legal ao pagamento do salário através de vales ou mercadorias adquiridas em armazém de propriedade do empregador.

QUESTÃO 5

Assinale a alternativa **correta**:

- a) Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados.
- b) A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa poderá afetar os contratos de trabalho dos respectivos empregados.
- c) A formação de grupo econômico, segundo a CLT, resulta da presença de uma empresa como sócia formal de outra, desde que ambas sejam organizadas como sociedade anônima.
- d) O grupo econômico, para fins trabalhistas, necessita de prova cabal de sua formal institucionalização em cartório.

QUESTÃO 6

De acordo com a CLT:

- a) O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de 1 (um) ano.
- b) O contrato de experiência não poderá exceder de 60 (sessenta) dias.
- c) O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado.
- d) O contrato de experiência não poderá ser prorrogado em hipótese nenhuma.

QUESTÃO 7

Constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, **exceto**:

- a) Incontinência de conduta ou mau procedimento.
 - b) Desídia no desempenho das respectivas funções.
 - c) Ato de indisciplina ou de insubordinação.
 - d) Agressão a terceiros por parte do empregado ainda que fora do ambiente da empresa.
-

QUESTÃO 8

Assinale a alternativa **correta**:

- a) O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato ou for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo.
 - b) Não poderá o empregado considerar rescindido o contrato e pleitear a indenização se o empregador reduzir seu trabalho, mesmo que afete seu salário.
 - c) Desídia é a falta grave que se caracteriza pela conduta sexual inadequada do trabalhador, em serviço ou fora dele.
 - d) De acordo com a moderna corrente jurisprudencial e doutrinária, a embriaguez habitual não pode ser considerada como doença, e é motivo para justa causa para a despedida do empregado.
-

QUESTÃO 9

José tem um salário base de R\$ 821,00. No mês de fevereiro, esse empregado recebeu, também, R\$ 900,00 a título de diárias para viagens, R\$ 300,00 a título de ajuda de custo, em virtude da morte de um parente (auxílio-funeral), e R\$ 246,30 a título de adicional de periculosidade. Em fevereiro, portanto, o salário desse empregado foi de:

- a) R\$ 821,00.
 - b) R\$ 1.067,30.
 - c) R\$ 1.967,00.
 - d) R\$ 2.267,30.
-

QUESTÃO 10

José, Josefa e Aparecida são irmãos, residem na cidade de Belém - AL e trabalham na empresa Bela Serra. Tendo em vista que o pai dos empregados reside na cidade de Pesqueira - PE, viajaram de ônibus para a cidade pernambucana, o filho de José, o esposo de Josefa e o cunhado de Aparecida, Célio. Ocorreu um acidente com o referido veículo, não havendo sobreviventes. Neste caso:

- a) apenas José e Josefa poderão deixar de comparecer ao serviço por até dois dias consecutivos, hipótese de suspensão do contrato de trabalho.

- b) apenas José e Josefa poderão deixar de comparecer ao serviço por até dois dias consecutivos, hipótese de interrupção do contrato de trabalho.
- c) José, Josefa e Aparecida poderão deixar de comparecer ao serviço por até dois dias consecutivos, hipótese de interrupção do contrato de trabalho.
- d) apenas José e Josefa poderão deixar de comparecer ao serviço por até oito dias consecutivos, hipótese de interrupção do contrato de trabalho.

QUESTÃO 11

Qual acontecimento é considerado pela doutrina como marco histórico do surgimento do Direito do Trabalho?

- a) A Revolução Francesa.
- b) A Constituição da República de Weimer.
- c) A Revolução Industrial.
- d) A Encíclica Papal Rerum Novarum.

QUESTÃO 12

Em relação aos direitos dos empregados domésticos, após a regulamentação promovida pela Lei Complementar n. 150/2015, é **correto** afirmar que:

- a) O banco de horas não foi contemplado pela nova legislação.
- b) A instituição da jornada de 12 x 36 não se aplica ao trabalho dos cuidadores.
- c) Em caso de acompanhamento em viagens, é devido adicional de 20%.
- d) O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço passou a ser obrigatório para a toda a categoria nela inserida.

QUESTÃO 13

É sabido que o poder disciplinar é inerente ao empregador, contudo sofre limitações legais. Por isso, uma das alternativas abaixo está **incorreta**. Assinale-a.

- a) Segundo a CLT, a pena de suspensão por 31 dias aplicada ao empregado não viola o poder disciplinar do empregador, inexistindo motivação para a terminação do contrato de trabalho de forma indireta.
- b) O empregado suspenso por 10 dias, por infração disciplinar cometida no âmbito do trabalho, perde o direito aos salários do período correspondente, salvo por nulidade do ato patronal decorrente de decisão judicial.

- c) Ao poder patronal de aplicação de penalidades, em tese, corresponde o direito de resistência do empregado, nos limites da lei.
- d) O poder disciplinar do empregador alcança a despedida por justa causa praticada pelo empregado, nas hipóteses previstas na CLT.

QUESTÃO 14

Segundo a jurisprudência sumulada do TST, em relação à concessão de intervalo intrajornada para repouso e alimentação, não é **correto** afirmar que:

- a) A não-concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração.
- b) Possui natureza salarial a parcela devida na hipótese de não concessão ou redução pelo empregador do intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais.
- c) Ultrapassada habitualmente a jornada de seis horas de trabalho, é devido o gozo do intervalo intrajornada mínimo de uma hora, obrigando o empregador a remunerar o período para descanso e alimentação não usufruído como extra, acrescido do respectivo adicional.
- d) É válida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada, ainda que constitua medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública, porque decorrente de negociação coletiva.

QUESTÃO 15

À Luz da CLT e da Constituição Federal, é **correto** afirmar que:

- a) O empregado perde o direito às férias se, no curso do período aquisitivo, deixar o emprego e não for readmitido dentro de 30 (trinta) dias subsequentes à sua saída.
- b) O empregado tem direito ao gozo de férias, após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, na proporção de 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas;
- c) Aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinquenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez, salvo em caráter excepcional, devidamente comprovado pelo empregador, sob pena de nulidade do ato, por ofensa às garantias constitucionais dispensadas ao menor e ao idoso.
- d) -O abono de férias deverá ser requerido até 30 (dias) dias antes do término do período aquisitivo, inclusive em relação aos empregados domésticos.

II. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 16

Com relação à produção de provas no processo do trabalho, é **incorreto** afirmar:

- a) Os documentos em fotocópia deverão ser apresentados devidamente autenticados, salvo declaração de advogado de sua autenticidade.
- b) A testemunha que for parente até o terceiro grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.
- c) A pena de confissão ficta à parte que não comparecer à instrução processual para depor só será possível se intimada para tal pessoalmente e não apenas por seu advogado.
- d) Tratando-se de testemunha que não fale o idioma nacional, o Juiz poderá traduzir seu depoimento caso possua formação comprovada no idioma falado pela testemunha.

QUESTÃO 17

No que diz respeito às audiências na Justiça do Trabalho, podemos afirmar que:

- a) Em casos especiais, poderá ser designado outro local para a realização das audiências, mediante edital afixado na sede do Juízo ou Tribunal, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.
- b) Nenhuma audiência poderá durar mais de 05 horas seguidas, salvo se houver matéria urgente.
- c) A testemunha arrolada poderá ser contraditada antes da audiência, em razão do princípio da economia processual e da simplicidade que regem o processo do trabalho.
- d) A argüição de preliminar de incompetência em razão do lugar suspende o processo até o julgamento da mesma, salvo se a matéria de mérito envolver interesse de menores de 18 anos sob a assistência do Ministério Público do Trabalho.

QUESTÃO 18

Acerca do mandado de segurança na Justiça do Trabalho, é pensamento sumulado pelo C. TST:

- a) A antecipação da tutela concedida na sentença comporta impugnação pela via do mandado de segurança.
- b) Devendo o agravo de petição delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância, fere direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo.
- c) No caso da tutela antecipada (ou liminar) ser concedida antes da sentença, cabe a impetração do mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio.
- d) Não se exige na Justiça do Trabalho, par ao mandado de segurança prova documental pré-constituída.

QUESTÃO 19

Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) São fontes formais diretas do Direito Processual do Trabalho: a analogia, os princípios de direito e a equidade.
- b) Aplica-se o Código de Processo Civil, subsidiária e supletivamente, ao Processo do Trabalho, em caso de omissão e desde que haja compatibilidade com as normas e princípios do Direito Processual do Trabalho, na forma dos arts. 769 e 889 da CLT e do art. 15 da Lei nº 13.105, de 17.03.2015.
- c) A relação jurídica trabalhista é regida pelas leis vigentes no país da prestação de serviços. É o princípio da *lex loci executiones*.
- d) O princípio do *jus postulandi* estabelece que empregados e empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar suas reclamações até o final, embora entenda-se imprescindível a atuação de advogado na interposição de recursos técnicos.

QUESTÃO 20

De acordo com os artigos 770 e seguintes da CLT, que tratam dos atos, termos e prazos processuais, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Salvo disposição em contrário, os prazos previstos na CLT contam-se, conforme o caso, a partir da data em que for feita pessoalmente, ou recebida a notificação, daquela em que for publicado o edital no jornal oficial ou no que publicar o expediente da Justiça do Trabalho.
- b) Os prazos estabelecidos neste Título contam-se com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irrelevantes.
- c) Os prazos que se vencerem em sábado, domingo ou dia feriado, terminarão no primeiro dia útil seguinte.
- d) Os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas.

QUESTÃO 21

Ainda de acordo com a CLT, assinale a alternativa **incorreta** :

- a) Sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.
- b) No processo de execução são devidas custas, sempre de responsabilidade do executado e pagas ao final.
- c) Nos dissídios individuais e nos dissídios coletivos do trabalho, nas ações e procedimentos de competência da Justiça do Trabalho, bem como nas demandas propostas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1%, quando houver acordo ou condenação, sobre o respectivo valor.

- d) São isentos do pagamento de custas, além dos beneficiários de justiça gratuita, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica, e o Ministério Público do Trabalho.

QUESTÃO 22

Considerando os atos processuais, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, podendo o juiz interrogar os litigantes.
- b) As partes poderão aduzir razões finais, no prazo de 20 (vinte) minutos para cada uma.
- c) O não comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.
- d) Não havendo acordo, o reclamado terá 20 (vinte) minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, quando esta não for dispensada por ambas as partes.

QUESTÃO 23

Quanto ao procedimento sumaríssimo, assinale a alternativa **correta**:

- a) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- b) Poderá haver citação por edital se o valor exceder a vinte vezes o salário mínimo vigente.
- c) A apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de 24 horas.
- d) As demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo admitem que a Administração Pública Direta seja parte, mas não admite Autarquia e Fundação.

QUESTÃO 24

A prova tem por finalidade, fundamentalmente, a convencer o juiz quanto aos fatos alegados pelas partes. Para tanto, o ordenamento jurídico processual prevê como meios de prova em espécie, o interrogatório das partes, a prova documental, testemunhal e pericial. Considerando o quanto previsto no direito judiciário do trabalho, assinale a alternativa **correta**:

- a) No procedimento sumaríssimo, cada uma das partes poderá indicar até 3 (três) testemunhas.
- b) Não há óbice ou exigência legal de menor de dezoito e maior de dezesseis anos, submeter-se ao interrogatório pelo juiz.
- c) A presunção de veracidade da jornada de trabalho, ainda que prevista em instrumento normativo, é *juris tantum*, ou seja, pode ser elidida por prova em contrário.
- d) O documento oferecido para prova só será aceito se estiver no original ou autenticado na forma da lei.

QUESTÃO 25

Todos os órgãos do Poder Judiciário têm competência específica prevista em lei. Sendo a Justiça do Trabalho órgão do Poder Judiciário, a mesma é competente para conhecer e julgar:

- a) Ações relativas a direito de greve de todos os servidores públicos, tendo em vista a ampliação da competência da Justiça do Trabalho, nos termos da EC 45/2004, que alterou o art. 114 da Constituição Federal.
- b) Ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão de Obra decorrentes da relação de trabalho, não importando, nessa hipótese, que o trabalho seja marítimo, afastando-se, portanto, a competência da Justiça Federal.
- c) Ações previdenciárias que tenham por objeto a aposentadoria da empregada gestante, desde que seu contrato de trabalho seja regido pela CLT.
- d) Crimes contra a organização do trabalho.

QUESTÃO 26

O conflito de competência entre o Juízo do Trabalho de uma Vara de Maceió-AL e o Juízo de Direito de uma comarca de Recife -PE, será apreciado e decidido por qual órgão do Judiciário?

- a) STF
- b) TRT- Al
- c) TJ – Pe
- d) STJ

QUESTÃO 27

A substituição é instituto processual também aplicável ao Processo do Trabalho e pode-se afirmar que a mesma ocorre quando:

- a) O substituto pleiteia em nome próprio, direito alheio.
- b) O substituto pleiteia em nome próprio, direito próprio, como por exemplo, a ação movida pelo sindicato de classe cobrando direitos individuais homogêneos dos substituídos.
- c) O substituto pleiteia em nome alheio, direito próprio, como por exemplo, a contribuição sindical cobrada por sindicato, em face de empregados de sua categoria profissional.
- d) O substituto pleiteia em nome dos trabalhadores integrantes de sua categoria profissional, direito próprio, desde que a ação tenha por objeto pedidos de natureza trabalhista alcançados pela competência fixada no art. 114 da Constituição Federal.

QUESTÃO 28

Os beneficiários da Justiça Gratuita, por força de lei, são isentos de pagamento de custas, taxas processuais, honorários periciais e outras despesas do processo. Assim, especificamente quanto aos honorários periciais, sendo o reclamante beneficiário da Justiça Gratuita e também sucumbente na demanda judicial, quanto ao título objeto da perícia, apesar da procedência de outros pedidos, pode-se afirmar que:

- a) Os honorários periciais são suportados pela reclamada, uma vez que é a parte, em tese, economicamente mais forte da relação processual, obrigando-se ao ônus do encargo pericial, além de que, independentemente da sucumbência do autor, quanto ao título objeto da perícia, foi ela reclamada que deu causa à ação judicial, conforme a procedência de outros pedidos formulados na demanda judicial.
- b) Os honorários periciais, nessa hipótese, são dispensados de pagamento, uma vez que o reclamante é beneficiário da Justiça Gratuita e a reclamada não poder suportar o ônus processual de uma despesa que não deu causa.
- c) Nessa hipótese, considerando que há interesse de terceiro, no caso o Perito Judicial, o benefício da Justiça Gratuita é flexibilizado, dividindo-se a despesa, pró-rata, entre o reclamante e a reclamada.
- d) Os honorários periciais são suportados pela União.

QUESTÃO 29

Tratando-se das formas de solução de conflitos, o CPC inovou ao trazer a mediação para o seu texto. Acerca da mediação, pode-se afirmar que:

- a) Na mediação não é possível a realização de cálculos.
- b) Na mediação o *rapport* pode ser entendido como o estabelecimento de confiança, harmonia e cooperação a ser firmada entre o mediador e as partes.
- c) O mediador se torna parcial, caso descreva suas expectativas em relação às parte e o procedimento a ser seguido.
- d) Na mediação é proibida a participação de advogado.

<h3>III. DIREITO CONSTITUCIONAL</h3>

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa **correta**:

- a) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre outros, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- b) A União é pessoa jurídica de direito público externo.
- c) A República Federativa do Brasil é formada pela união dissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal.
- d) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelo princípio de repúdio ao terrorismo e ao racismo.

QUESTÃO 31

A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado de Direito Democrático e tem como fundamentos:

- a) A independência nacional; a soberania; a sociedade livre, solidária e organizada; a dignidade da pessoa humana e a liberdade individual.
- b) A cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores econômicos do trabalho; a livre concorrência; o pluralismo político.
- c) A soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho da livre iniciativa; o pluralismo político.
- d) A independência nacional; a prevalência dos direitos humanos; a autodeterminação dos povos; solução pacífica dos conflitos.

QUESTÃO 32

Os direitos e garantias fundamentais encontram-se encartados no Título II, da CF/88. Optou, pois, o legislador constituinte em positivizar os referidos direitos no início de suas disposições. Apresenta-se, assim, a preocupação prevalente com o ser humano. Marque nas opções abaixo a alternativa **incorreta**:

- a) Os destinatários dos direitos fundamentais previstos na CF/88 são apenas os brasileiros e os estrangeiros residentes no Brasil.
- b) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- c) De acordo com o texto constitucional os direitos fundamentais estão classificados na seguinte ordem: direitos individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos e direitos relacionados aos partidos políticos.
- d) A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na CF.

QUESTÃO 33

Assinale a alternativa **incorreta** em relação aos órgãos que compõem o Poder Judiciário, segundo disposição expressa e literal do artigo 92 da Constituição Federal, após a Emenda Constitucional n.45/2004:

- a) Tribunais e Juízes do Trabalho; Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; e Tribunais e Juízes Militares.
- b) Conselho Nacional de Justiça; Tribunais e Juízes Eleitorais; e Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
- c) Supremo Tribunal Federal; Tribunal Superior do Trabalho; e Superior Tribunal de Justiça.
- d) Tribunais e Juízes Militares; e o Conselho Nacional de Justiça.

QUESTÃO 34

Em relação à competência material da Justiça do Trabalho, de acordo com o artigo 114 da Constituição Federal, é correto afirmar que lhe compete processar e julgar:

- a) As ações entre sindicatos, excluídos os de empregadores.
- b) As ações sobre representação sindical.

- c) As ações entre sindicatos, excluídos os de empregados.
- d) As ações sobre representação sindical, exceto em relação às categorias econômicas.

IV. TEORIA GERAL DO PROCESSO E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 35

Assinale a alternativa **correta**:

- a) As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações.
- b) Reputam-se conexas duas ou mais ações, sempre que há identidade quanto às partes e a causa de pedir.
- c) Dá-se a continência entre duas ou mais ações sempre quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.
- d) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função pode ser derogável por convenção das partes.

QUESTÃO 36

Sobre processo e procedimento assinale a alternativa **incorreta**, de acordo com o Código de Processo Civil:

- a) A petição inicial indicará, dentre outros requisitos, o juiz ou tribunal a que é dirigida; o pedido com suas especificações; o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; o valor da causa.
- b) O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial poderá ser, além de outras hipótese, a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição.
- c) O pedido deve ser determinado e não será permitido formular pedido genérico em nenhuma hipótese.
- d) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.

QUESTÃO 37

Dadas as seguintes afirmativas acerca dos sujeitos no Direito Processual Civil:

- I) São deveres das partes, de seus procuradores e de todos que participam do processo não praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.
- II) São deveres das partes, de seus procuradores e de todos que participam do processo, exceto os peritos, expor os fatos em juízo conforme a verdade.
- III) O representante judicial da parte não pode ser compelido a cumprir obrigação em seu lugar.

Verifica-se que está(ão) **correta(s)**:

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, apenas.
- d) III, apenas.

QUESTÃO 38

De acordo com o CPC está **correto** o contido em:

- a) O advogado sempre será admitido a postular em juízo sem procuração.
- b) Sendo o prazo comum às partes é terminantemente proibido a retirada dos autos.
- c) É vedada a assinatura digital da procuração.
- d) É lícito à parte postular em causa própria quando tiver habilitação legal.

QUESTÃO 39

O juiz não resolverá o mérito quando:

- a) Acolher o pedido formulado na reconvenção.
- b) Homologar a desistência da ação.
- c) Decidir sobre a ocorrência de decadência.
- d) Decidir de ofício sobre a ocorrência de prescrição.

QUESTÃO 40

O Código de Processo Civil, Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015, em seu art. 4º, dispõe que: "As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa". A referida norma processual reproduz no plano infraconstitucional um princípio extraído diretamente do inciso LXXVIII, do art. 5º da Constituição Federal, incluído pela EC 45/2004, qual seja:

- a) Razoável duração do processo.
- b) Satisfatividade das decisões judiciais.
- c) Inescusabilidade da apreciação meritória das controvérsias.
- d) Inafastabilidade da jurisdição.